

# DESENVOLVIMENTO EDUCACIONAL DA POPULAÇÃO DE TEÓFILO OTONI NO PERÍODO ENTRE 2000 E 2010

Luiz Felipe Gonçalves da Silva<sup>1</sup>, Cristhiane Rodrigues Soares Leão<sup>2</sup>

## RESUMO

O mercado de trabalho se encontra cada vez mais concorrido e, por isso, os profissionais tem que se especializar para garantir sua empregabilidade. Percebeu-se que, com a entrada de novas faculdades presenciais na região do Vale do Mucuri o desenvolvimento educacional foi um fator fundamental para o crescimento dessas pessoas. Dessa maneira, identificou-se como pergunta problema: qual o perfil da população trabalhadora da cidade de Teófilo Otoni nos anos de 2000 a 2010? O objetivo foi investigar e analisar como ocorreu o desenvolvimento dessa população por meio da educação superior, a partir da entrada das faculdades presenciais na cidade. Realizou-se uma análise quali-quantitativa, por meio da revisão da literatura e análise documental de relatórios do IBGE, Ipea e FJP. A pesquisa demonstrou que, apesar da evolução que a população da cidade teve por meio da obtenção de competências educacionais, ainda é cedo para que resultados realmente relevantes possam ser discutidos.

**Palavras-chave:** Ensino superior. Empregabilidade. Competências. Desenvolvimento de pessoas.

## ABSTRACT

The labor market is getting more and more crowded, and therefore professionals have to specialize to ensure their employability. It was noticed that with the entrance of new presences in the region of the Vale do Mucuri educational development was a fundamental factor for the growth of these people. Thus, the problem question was identified: what is the profile of the working population of the city of Teófilo Otoni from 2000 to 2010? The objective was to investigate and analyze how the development of this population occurred through higher education, from the entrance of the presence in the city. A qualitative-quantitative analysis was carried out, through literature review and documentary analysis of IBGE, Ipea and FJP reports. The research has shown that despite the evolution of the city's population through the attainment of educational competencies, it is still too early for truly relevant results to be discussed.

**Keywords:** Higher education. Employability. Skills. Developing people.

## 1 Introdução

---

<sup>1</sup> Acadêmico do 8º período do Curso de Administração da Faculdade Presidente Antônio Carlos de Teófilo Otoni-MG – E-mail: luizfelipeg02@gmail.com

<sup>2</sup> Administradora, professora do curso de Administração da Faculdade Presidente Antônio Carlos de Teófilo Otoni-MG – E-mail: cristhiane.leao@hotmail.com

Com o passar dos anos, vemos cada vez mais exigências no mercado de trabalho. A retenção de conhecimentos assim como o aperfeiçoamento dos mesmos é de extrema relevância no atual quadro de empregos do Brasil. Como fator de desenvolvimento econômico o capital humano se coloca em extrema importância na atual organização da sociedade. Sabendo disso, o presente trabalho busca perceber a população trabalhadora da cidade de Teófilo Otoni, com um olhar crítico.

Para contribuir com a discussão, são analisados dados de pesquisas do IBGE, PNUD, Ipea e Fjp no período de 2000 a 2010. Nessa perspectiva, a pesquisa verifica a evolução das competências educacionais ao longo dos anos. Segundo BAHJI (2007), a empregabilidade pode ser encarada como um sistema de competências profissionais ou extra-profissionais possíveis de serem transferidas. O objetivo é traçar um perfil para uma população, comparando o nível de escolaridade e empregabilidade da mesma.

Desse modo, a temática da presente pesquisa gira em torno de questões que envolvem o desenvolvimento educacional com base no ensino superior para o ganho de competências e capital humano. O método utilizado é a abordagem quantitativa, com fins descritivo e explicativo, com o intuito de analisar e comparar a evolução da população trabalhista da cidade de Teófilo Otoni – MG, a fim de descobrir em qual posição o mercado de trabalho da cidade se encontra em relação à sua força trabalhista.

## **2 A educação e o ensino superior no Brasil**

Para Tonet (2006),

Costuma-se dizer que a educação deve formar o homem integral, vale dizer, indivíduos capazes de pensar com lógica, de ter autonomia moral; indivíduos que se tornem cidadãos capazes de contribuir para as transformações sociais, culturais, científicas e tecnológicas que garantam a paz, o progresso, uma vida saudável e a preservação do nosso planeta. Portanto, pessoas criativas, participativas e críticas. Afirma-se que isto seria um processo permanente, um ideal a ser perseguido, de modo especial na escola, mas também fora dela.

No art. 6º da constituição federal da república de 1988 é dito que

São direitos sociais a educação, a saúde, a alimentação, o trabalho, a moradia, o transporte, o lazer, a segurança, a previdência social, a proteção à maternidade e à infância, a assistência aos desamparados, na forma desta Constituição. (BRASIL, 1988).

A história da educação superior no Brasil começa no século XIX, em Salvador, Bahia no ano de 1808, quando a família real portuguesa chegou nas terras brasileiras. Dom João VI

criou um curso de cirurgia, anatomia e obstetrícia. Depois disso, cursos de belas artes, academias militares e a escola de minas também foram criados. As primeiras faculdades eram independentes e se situavam em diferentes cidades, seguindo um modelo elitista ao molde das grandes escolas francesas.

No ano de 1920 foi criada a primeira universidade Brasileira, a Universidade do Rio de Janeiro. Getúlio Vargas, então presidente do Brasil, criou o Ministério de Educação e Saúde. No seu governo, o Estatuto das Universidades Brasileiras foi aprovado, vigorando até o ano de 1961, onde a universidade poderia ser pública ou privada. A Universidade de São Paulo, criada em 1934, marcou um divisor de águas na história do ensino superior brasileiro, tornando-se o maior centro de pesquisa do Brasil.

A partir da década de 40, a mulher passa a fazer parte de uma maior parcela dos acadêmicos brasileiros com a criação do curso de magistério. Durante a Nova República foram criadas 22 universidades federais. No mesmo período 8 universidades católicas e 1 presbiteriana também foram criadas. Em 1961, após um período de 14 anos de tramitação no Congresso Nacional, foi promulgada a Lei nº 4.024, a primeira Lei de Diretrizes e Bases da Educação Brasileira.

No período de 1964 a 1985, com a tomada de poder pelos militares, as universidades passaram a ser objeto de ingerência do governo federal. No ano de 1968 o Congresso Nacional aprovou a Lei da Reforma Universitária (Lei nº 5540/68) que criava os departamentos, o sistema de créditos, o vestibular classificatório, os cursos de curta duração, o ciclo básico dentre outras inovações. No ano de 1981, o Brasil contava com 65 universidades, sete delas com mais de 20.000 alunos.

Com a valorização de recursos humanos de alto nível e mais outros fatores, os militares criaram cursos de mestrado e doutorado em universidades públicas, visando o desenvolvimento econômico do país.

A Constituição Federal estabeleceu um mínimo de 18% da receita anual, resultante de impostos da União, para a manutenção e o desenvolvimento do ensino; assegurou, também, a gratuidade do ensino público nos estabelecimentos oficiais em todos os níveis e criou o Regime Jurídico Único, estabelecendo pagamento igual para as mesmas funções e aposentadoria integral para funcionários federais. Em seu artigo 207, reafirmou a indissociabilidade das atividades de ensino, pesquisa e extensão em nível universitário, bem como a autonomia das universidades.

Promulgada a Constituição Federal iniciou-se o debate sobre a nova Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional, que veio a ser aprovada no final do ano de 1996, sob o nº

9.394/96. Ela previa variados graus de abrangência ou especialização nos estabelecimentos de ensino superior, públicos ou privados.

Segundo a Lei de Diretrizes e Bases da educação (lei nº 9394, de 20 de dezembro de 1996), “a educação abrange os processos formativos que se desenvolvem na vida familiar, na convivência humana, no trabalho, nas instituições de ensino e pesquisa, nos movimentos sociais e organizações da sociedade civil e nas manifestações culturais”. (BRASIL, 1996)

Na lei de diretrizes e bases a educação superior também é discutida. No art. 43. A educação superior tem por finalidade:

I - estimular a criação cultural e o desenvolvimento do espírito científico e do pensamento reflexivo;

II - formar diplomados nas diferentes áreas de conhecimento, aptos para a inserção em setores profissionais e para a participação no desenvolvimento da sociedade brasileira, e colaborar na sua formação contínua;

III - incentivar o trabalho de pesquisa e investigação científica, visando o desenvolvimento da ciência e da tecnologia e da criação e difusão da cultura, e, desse modo, desenvolver o entendimento do homem e do meio em que vive;

IV - promover a divulgação de conhecimentos culturais, científicos e técnicos que constituem patrimônio da humanidade e comunicar o saber através do ensino, de publicações ou de outras formas de comunicação;

V - suscitar o desejo permanente de aperfeiçoamento cultural e profissional e possibilitar a correspondente concretização, integrando os conhecimentos que vão sendo adquiridos numa estrutura intelectual sistematizadora do conhecimento de cada geração;

VI - estimular o conhecimento dos problemas do mundo presente, em particular os nacionais e regionais, prestar serviços especializados à comunidade e estabelecer com esta uma relação de reciprocidade;

VII - promover a extensão, aberta à participação da população, visando à difusão das conquistas e benefícios resultantes da criação cultural e da pesquisa científica e tecnológica geradas na instituição.

VIII - atuar em favor da universalização e do aprimoramento da educação básica, mediante a formação e a capacitação de profissionais, a realização de pesquisas pedagógicas e o desenvolvimento de atividades de extensão que aproximem os dois níveis escolares. (Incluído pela Lei nº 13.174, de 2015)

Em Minas Gerais, a história do ensino superior começa no ano de 1892 com a fundação da faculdade de direito na cidade de Ouro Preto. Ali começava a futura UMG Faculdade Livre de Direito. No começo do século seguinte vieram as faculdades de Medicina e Odontologia em Belo Horizonte, e são criadas faculdades voltadas para essas áreas. Cursos de Ciências econômicas, Sociologia e Política. Na década de 70 a Universidade Federal de Minas Gerais já existia em Belo Horizonte e se expande desde então.

Em 1961 a Fundação Universitária Nordeste Mineiro era criada, ofertando cursos de licenciatura na cidade de Teófilo Otoni. Em 1971 instituiu-se o curso de direito, abrangendo alunos dos vales Mucuri, Jequitinhonha e São Mateus.

Os primeiros grandes centros de ensino superior foram as Faculdades Integradas Doctum e a Faculdade Presidente Antônio Carlos – UNIPAC no ano de 2002. As Faculdades Federais Integradas de Diamantina se transformavam na Universidade Federal dos Vales do Jequitinhonha e Mucuri em 2005 e, no ano seguinte, era implementado um campus na cidade de Teófilo Otoni.

### **3 Empregabilidade**

De acordo com MINARELLI (1995) para ter empregabilidade é preciso estar pronto e apto para as exigências das empresas.

Já para NERI (2001, p.36)

Empregabilidade tem haver com saúde profissional. Ter empregabilidade é conseguir rapidamente emprego em qualquer organização, independente do momento em que vive o mercado em termos de maior ou menor demanda. O termo empregabilidade acabou por alcançar uma dimensão inusitada, ampliando o conceito de maior capacidade para uma pessoa ser empregada. Hoje, o conceito de empregabilidade já alcança a noção de capacidade ou condição de uma pessoa possuir um conhecimento, serviço ou produto que possa ser usufruído não só por empresas, mas também por indivíduos ou grupos isolados.

Segundo Barduchi (2008 apud PETRUCCI et al., 2011, p.24),

o processo de desenvolvimento do produto “pessoa” deve ter como base elementos que compõem a sua essência, sua identidade, o autoconceito e a definição do espaço que quer ocupar no mundo, que estão delimitados por seus objetivos pessoais e profissionais.

Para MAGALHÃES (1997),

a nova dinâmica do mercado traz consigo a empregabilidade como um novo conceito para o perfil do trabalhador, que deve possuir habilidades, conhecimentos e capacidades que vão muito além do necessário em sua área profissional, devendo ser um indivíduo polivalente.

Considerando o campo do ensino superior, empregabilidade é a probabilidade do graduado apresentar atributos que os empregadores antecipam como necessários para o futuro funcionamento efetivo de sua organização (MOROSINI, 2001).

Conforme Maciel (2011), muitas são as preocupações da sociedade e das organizações quanto ao assunto empregabilidade. No caso do indivíduo, há a necessidade de ser empregável para que o ciclo da renda ocorra e harmonize a relação “capital-trabalho” tão discutido nos conceitos fundamentais de administração.

Conforme Carmo (2001, p.15),

o trabalho pode ser definido como “toda atividade realizada pelo homem civilizado que transforma a natureza pela inteligência. E realizando essa atividade, o homem se transforma, se autoproduz e, ao se relacionar com outros homens, estabelece a base para as relações sociais”.

A participação frequente em cursos de atualização ou congressos e seminários sobre a área escolhida lhe garantem atualizações que o diferencia dos demais concorrentes a uma possível vaga de emprego ou promoção na própria organização em que é colaborador (FERNANDES, 2004).

#### **4 Teoria do capital humano**

Para Mankiw (2009), o capital humano é a acumulação de investimentos em pessoas e, como todo investimento, a educação representa um gasto de recursos para obter um ganho de produtividade no futuro.

De acordo com Medeiros (1982), o capital humano refere-se ao estoque de escolaridade. As versões mais atualizadas dessa teoria mostram que a experiência profissional, o treinamento, a migração e a busca de informações acerca das oportunidades de emprego são outras fontes de capital humano.

Para Schultz (1987), o capital humano aumenta a produtividade do trabalho tanto na produção agrícola, quanto na produção não agrícola e na produção doméstica, além disso, proporciona aos estudantes a possibilidade de migrar para as melhores oportunidades de emprego. Segundo este mesmo autor (1967, p.56), “a instrução aumenta a capacidade de

adaptação das pessoas, face às flutuações das oportunidades de emprego, associados ao crescimento econômico”. Ainda nas palavras de Schultz (1967), sob diferentes circunstâncias, é reconhecido que as pessoas com oito anos de estudos estão mais bem preparadas para assumir novos empregos do que as que possuem quatro ou menos anos de instrução.

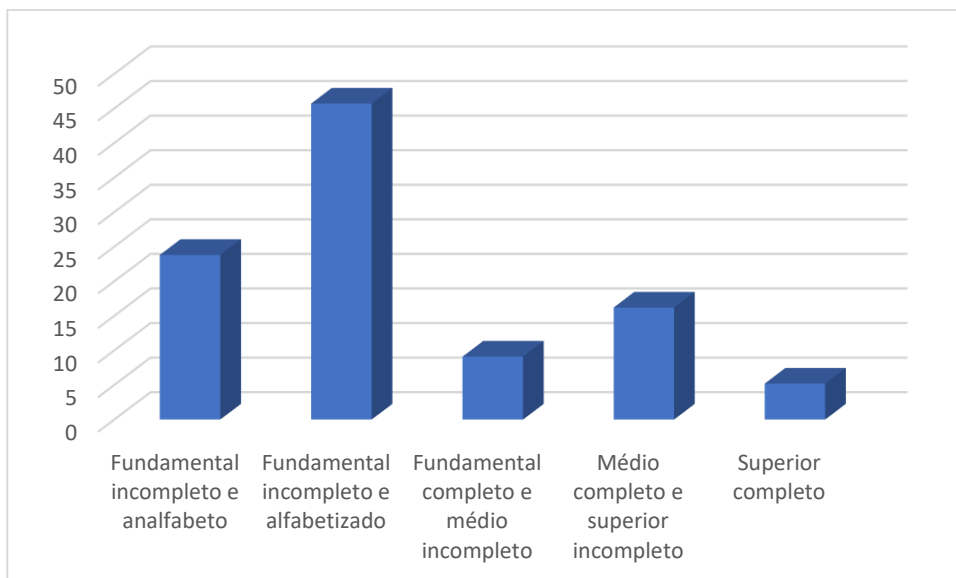
De acordo com a Teoria do Capital Humano, a educação gera habilidades e conhecimentos, isto significa que quanto mais o indivíduo estuda, maiores serão suas habilidades e maior a produtividade, permitindo uma renda elevada (SILVA, 2006).

## **5 Apresentação e discussão dos resultados**

Teófilo Otoni é uma cidade do interior de Minas Gerais com uma população de 134.745 habitantes, segundo o censo IBGE de 2010. A parcela dessa população que estava ocupada no ano da pesquisa do censo era de 27.425 mil pessoas, correspondendo a 19,4% da população total. Neste período, existiam 7.222 mil pessoas na cidade economicamente ativas com formação superior.

Analisando a escolaridade de sua população constatou-se um ganho de competências. Para De Pauli *et al* (2012, p.461) “aumentos da escolaridade média dos trabalhadores brasileiros responderam, em maior medida, à expansão da oferta de ensino no país”. De 2000 a 2010 a população com ensino superior completo quase dobrou, mostrando uma crescente evolução. Podemos atribuir este dado à entrada das faculdades de ensino superior presenciais à cidade após o ano de 2002. No GRAF. 1 mostra-se como a população analisada se encontrava no ano de 2000:

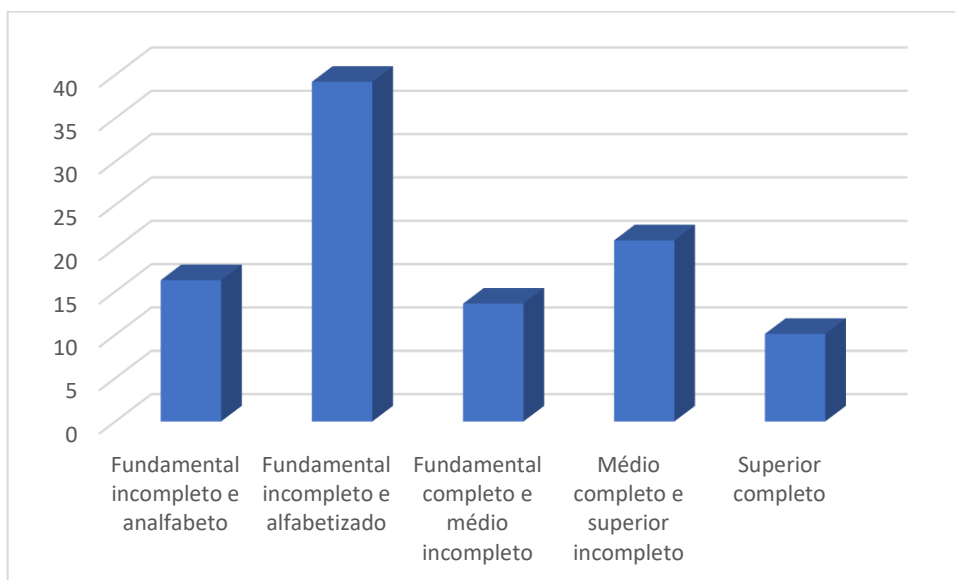
GRÁFICO 1 – Escolaridade da população de 25 anos ou mais em Teófilo Otoni no ano de 2000



Fonte: PNUD, Ipea e FJP. Elaboração do autor.

No GRAF. 2 percebe-se que a porcentagem da população com ensino superior quase dobrou e também uma queda no quadro de analfabetos e pessoas com ensino fundamental incompleto. Mas ainda assim, a maior parte da população representa as pessoas com ensino fundamental incompleto e alfabetizadas.

GRÁFICO 2 – Escolaridade da população de 25 anos ou mais em Teófilo Otoni no ano de 2010



Fonte: PNUD, Ipea e FJP. Elaboração pelo autor.

Dentro do âmbito dos cursos de graduação presenciais, temos um crescimento com o passar dos anos e da chegada das Faculdades Doctum, Unipac e UFVJM. Podemos perceber essa evolução na TAB.1 abaixo:



TABELA 1 – Número de cursos de graduação presenciais em Teófilo Otoni

Ano	2000	2010
Quantidade	7	42

Fonte: Inep, 2010. Elaboração do autor.

Também podemos perceber na TAB. 2 o crescimento de concluintes em cursos de graduação presenciais na cidade no mesmo período, mais uma vez mostrando um leve aumento nos números.

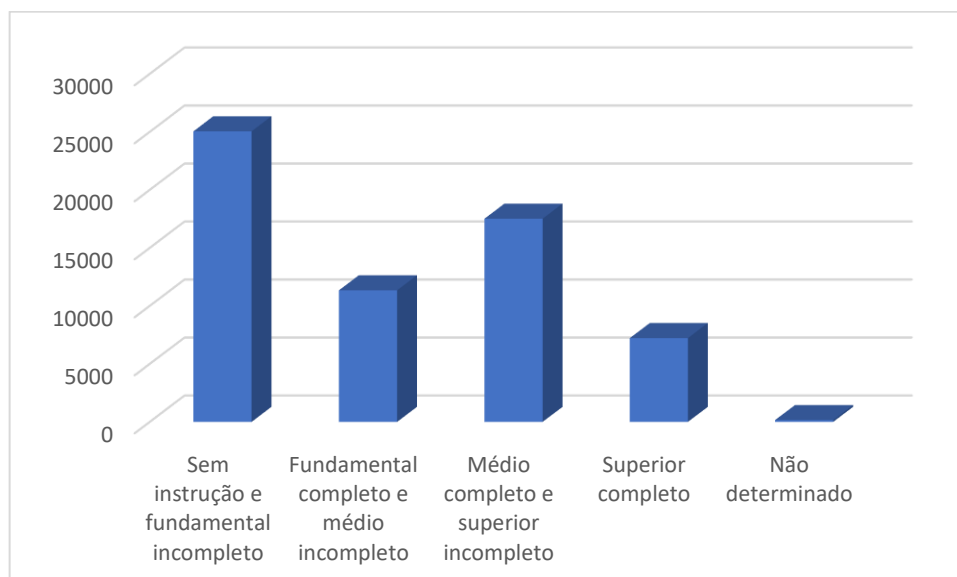
TABELA 2 - Concluintes dos Cursos de Graduação Presenciais na cidade de Teófilo Otoni de 2000 a 2010

Ano	2000	2010
Quantidade	336	565

Fonte: Inep, 2010. Elaboração do autor.

Tendo como base os conceitos de empregabilidade MINARELLI (1995) diz que a competência é sinônimo de capacitação profissional. Hoje em dia, o profissional que descuida de sua qualificação e atualização perde a atratividade, torna-se um profissional de segunda, de terceira. No GRÁF. 3 vê-se que a população de Teófilo Otoni ainda carece de desenvolvimento na área educacional e que, sua maior parcela ocupada está em pessoas sem instrução e com ensino fundamental incompleto. A divisão dessa população pode ser vista no GRAF. 3 a seguir:

GRÁFICO 3 – População Ocupada em Teófilo Otoni dividida por grau de instrução em 2010



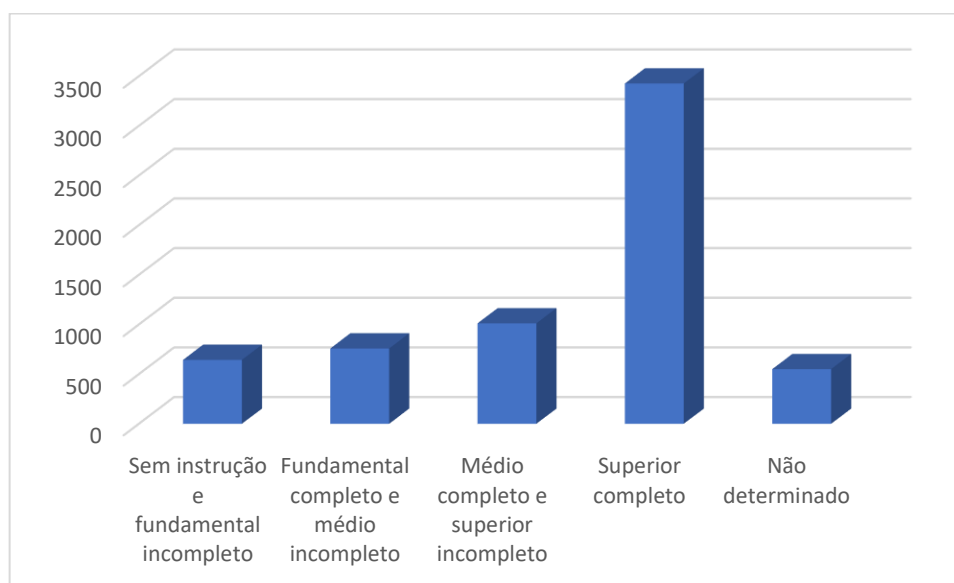
Fonte: IBGE, 2010. Elaboração do autor.

Cruz (2001) define competência como um conceito que acolhe saberes, atitudes e valores, abarcando o domínio do self (saber-se), o domínio cognitivo (saber formalizado) e o domínio comportamental (saber-fazer) - a competência consolida-se numa ação ou no conjunto de ações organicamente articuladas.

A educação eleva os salários; para Mankiw (2009) este fato é explicado simplesmente através da oferta e da demanda. Isto significa que as empresas demandam mão de obra e estão dispostas a pagar mais para pessoas com alto grau de instrução devido a maior produtividade, em contra partida pessoas ofertam mão de obra e estão dispostas a pagar o custo da instrução se tiverem um retorno por isso.

Vemos no GRÁF. 4 a diferença salarial dada pelas competências de conhecimento dessa população:

GRÁFICO 4 – Média Salarial da população de Teófilo Otoni por grau de instrução em 2010



Fonte: IBGE, 2010. Elaboração do autor.

Percebe-se a população ocupada de Teófilo Otoni no ano de 2010, podendo ver claramente uma diferença salarial por conta do nível de instrução e competência dessas pessoas.

Visto que a população de Teófilo Otoni teve um certo grau de desenvolvimento educacional no período de 2000 a 2010, adquirindo competências e conhecimento, a sua renda também obteve um pequeno crescimento, como vemos na TAB. 3 abaixo:

TABELA 3 – Índice de Desenvolvimento Humano Municipal de Teófilo Otoni por Renda

Ano	2000	2010
-----	------	------

IDHM Renda	0,635	0,698
Renda per capita	415,51	615,34

Fonte: Pnud, Ipea e Fjp. Elaboração do autor.

## 6 Considerações finais

A discussão apresentada no desenvolvimento do presente trabalho permite analisar o perfil da população trabalhadora da cidade de Teófilo Otoni e mostrar que, apesar da entrada das faculdades presenciais na cidade, ainda não vemos uma grande evolução nessa parcela de seu povo. Também permite uma pesquisa para obter dados sobre a educação dessa mesma população e como ela se desenvolveu a partir do ano de 2000 até 2010.

De um modo geral, percebe-se desde 2002 a entrada de três faculdades que foram importantes para definir a evolução no quadro educacional dessa cidade, onde vê-se que o número de formandos foi de 336 em 2000 para 565 em 2010. Mais cursos foram ofertados e, como consequência, mais pessoas passaram a se graduar, gerando capital humano. A população teve seu número de graduados quase dobrado no período: em 2000 apresentava 5,2% de pessoas com ensino superior completo e em 2010 apresentou 10,1% no mesmo nível de escolaridade.

Dada a importância do assunto da pesquisa, torna-se necessário a busca de resposta para variáveis econômicas, sociais e governamentais do desenvolvimento dessa mesma população.

Com base no que foi apresentado, por uma análise crítica do quadro da população estudada, conclui-se que os reflexos do crescimento são pequenos, mas existentes, como podemos perceber na renda per capita e na média salarial da cidade. Comparando o ano de 2000 e 2010 vimos que essa população tem uma pequena evolução em seu quadro de pessoas e ganho de competências por meio do conhecimento.

## REFERÊNCIAS

**BREVE HISTÓRICO.** Disponível em: <<http://www.unipac.br/site/inst/brevehis.php#>>. Acesso em 15 maio 2019.

CAMPOS OLIVEN, Arabela. *et al.* **A educação superior no Brasil.** Porto Alegre, 2002.  
**A HISTÓRIA DA UFMG.** Disponível em: <<https://ufmg.br/busca/?q=Hist%C3%B3ria%20da%20UFMG&tag=true>>. Acesso em: 10 maio 2019.

CARMO, Paulo Sérgio. **A ideologia do trabalho.** São Paulo: Moderna, 2001.

Cruz, C. (2001). **Competências e habilidades**: da proposta à prática. São Paulo: Edições Loyola.

DE PAULI, R. C.; NAKABASHI, L.; SAMPAIO, A. V. Mudança estrutural e mercado de trabalho no Brasil. **Revista de Economia Política**, São Paulo, v.32, n.3, p.459-478, jul./set. 2012.

DOMINGOS MACIEL, Joaquim. **Qualis Sumaré - Revista acadêmica eletrônica**. Competências para a empregabilidade nas organizações. São Paulo, v. 6, n. 2, p. 2-5, 2011.

**ESTRUTURA**. Disponível em: <<https://www.doctum.edu.br/hotsite/?id=522>>. Acesso em 15 maio 2019.

**HISTORY**. Disponível em: <<http://www.ufvjm.edu.br/en/university/historia.html>>. Acesso em 15 maio 2019.

MACIEL, J.D. **Estilos de mobilização, competências pessoais percebidas e opções de áreas de atuação: um estudo exploratório**. Dissertação (Mestrado) – Fundação Escola de Comercio Álvares Penteado, São Paulo, 2006.

MINARELLI J. A. **Empregabilidade: Como entrar, permanecer e progredir no mercado de trabalho**. 27ª. Ed. Gente, 1995.

NERI, A. A. **A gestão do RH por competência e a empregabilidade**. São Paulo: Papirus, 2001.

PETRUCCI et al. **Empregabilidade para os recém-formados em administração: expectativa x oportunidades**. Araras, SP: UNAR, 2011. Disponível em: <<https://administradores.com.br/producao-academica/empregabilidade-para-recem-formados-em-administracao-expectativas-x-oportunidades>>. Acesso em: 19 maio 2019.

Roldão, M. (2003). **Gestão do currículo e avaliação de competências – as questões dos professores**. Lisboa: Editorial Presença.

**SINOPSES ESTATÍSTICAS DA EDUCAÇÃO SUPERIOR – GRADUAÇÃO**. Disponível em: <<http://inep.gov.br/web/guest/sinopses-estatisticas-da-educacao-superior>>. Acesso em 15 maio 2019.

TONET, Ivo. Educação e formação humana. **Revista do centro de educação e letras**. Foz do Iguaçu, v. 8, n. 9, p. 9-21, 2006.